

Incentivo ao Desenvolvimento Sustentável e Desincentivo ao Consumo - um estudo de caso da empresa Patagonia no varejo internacional

REGINA DA SILVA DE CAMARGO BARROS
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE (FEA/USP)

JOSÉ FRANCISCO DE CAMARGO BARROS JÚNIOR

Incentivo ao Desenvolvimento Sustentável e Desincentivo ao Consumo - um estudo de caso da empresa Patagonia no varejo internacional

Incentive to Sustainable Development and Consumption Disincentives - a case study of Patagonia in international retail

Resumo

Cada vez mais *Stakeholders* desejam conhecer as práticas de gestão das organizações e seus princípios e valores, que quando diferenciadores, podem, agregar muito valor. Dentre esses princípios, é possível identificar o Desenvolvimento Sustentável, o qual, para ser reconhecido como tal, deve ser economicamente sustentado, socialmente desejável e ecologicamente equilibrado, em um primeiro momento parecendo contrário ao capitalismo e ao incentivo ao consumo. Para muitas organizações, a busca por tal tipo de desenvolvimento é um desafio e até mesmo uma utopia, especialmente considerando o consumo e a economia como grandes preocupações. Esse artigo teve como finalidade reafirmar a relação da associação entre desenvolvimento sustentável, ações de sustentabilidade e consumo controlado, através da base conceitual, fatos históricos e aplicação de um estudo de caso em uma organização varejista internacional, que realiza ações de sustentabilidade, incentivo ao consumo controlado e dessa forma contribui para um desenvolvimento sustentável do planeta.

Abstract

More and more Stakeholders want to know the management practices of the organizations and their principles and values, that when differentiators, can, add a lot of value. Among these principles, it is possible to identify Sustainable Development, which, to be recognized as such, must be economically sustained, socially desirable and ecologically balanced, at first seeming to be contrary to capitalism and the incentive to consumption. For many organizations, the quest for such a development is a challenge and even a utopia, especially considering consumption and the economy as major concerns. This article aimed to reaffirm the relationship between sustainable development, sustainability actions and controlled consumption, through the conceptual basis, historical facts and the application of a case study in an international retail organization, which carries out actions of sustainability, consumption incentive and contributes to the sustainable development of the planet.

Palavras-chave: desenvolvimento sustentável; consumo sustentável; varejo

Keywords: sustainable development; sustainable consumption, retail

1. Introdução

Mais do que nunca, o termo desenvolvimento sustentável está na moda, e isso faz com que no Brasil diversos segmentos sociais manifestem suas posições a respeito das idéias que têm sobre ele. Autores têm buscado conceituar o termo, enquanto organizações mundiais de meio ambiente adotaram uma definição que apresenta ambiguidades, inconsistências e contradições. A revisão crítica de parte da literatura sobre o tema aponta para algumas questões básicas a serem melhor debatidas no sentido de superar essas ambiguidades e deficiências e dar um conteúdo mais preciso ao termo. Essas questões dizem respeito à discussão sobre as causas da pobreza e da degradação ambiental; à insuficiência das estratégias do desenvolvimento econômico para resolvê-las; à pertinência das perguntas acerca do que deve ser sustentado, porque e para quem; às consequências da imprecisão do termo para o consenso; e à falta de discussão ampla na sociedade sobre o que é desenvolvimento sustentável.

A maior parte das tentativas de explicar a governança corporativa aponta para uma definição: o conjunto de regras que rege uma sociedade e as pessoas integradas a ela. Ao distanciar-se dessa pedra fundamental, muitas organizações encontram dificuldades que não precisariam surgir no momento de estabelecer a governança corporativa. Estabelecer o modelo de governança de uma organização não significa, necessariamente, começar a formar uma série de conselhos para todos os assuntos, mas sim formalizar regras – retirando-as do papel e comunicando-as e um dos primeiros frutos disso é o código de conduta organizacional, o qual atualmente e com frequência, é associado a práticas de desenvolvimento sustentável. Um dos princípios fundamentais de uma governança corporativa é o cumprimento de dois aspectos básicos: o desempenho, no qual a organização utiliza seus arranjos de governança para contribuir para a melhoria de seus processos de modo geral e a conformidade, na qual a empresa usa seus arranjos para garantir que atende aos requisitos legais e aos padrões e expectativas sociais.

Essa pesquisa teve como objetivo investigar como empresas, sob uma governança corporativa, podem ter ações de sustentabilidade, que incentivem o consumo controlado (ou consciente) e contribuam para o desenvolvimento sustentável do planeta.

2. Revisão Teórica

2.1 Desenvolvimento Sustentável – reflexões históricas e conceituais

O termo “desenvolvimento sustentável” surgiu a partir de estudos da Organização das Nações Unidas sobre as mudanças climáticas, como uma resposta para a humanidade perante a crise social e ambiental pela qual o mundo passava a partir da segunda metade do século XX. O III Relatório do Clube de Roma em 1976 afirma que “muito antes de esgotarmos os limites físicos do nosso planeta ocorrerão graves convulsões sociais provocadas pelo grande desnível existente entre a renda dos países ricos e dos países pobres”. A história do termo “Desenvolvimento Sustentável” se inicia em 1980, quando a União Internacional para a Conservação da Natureza – UICN apresenta o documento Estratégia de Conservação Mundial com o objetivo de alcançar o desenvolvimento sustentável através da conservação dos recursos vivos. O documento foi criticado por Kosla (1987 *apud* JACOBS, 1987), que afirmou ser a estratégia restrita aos recursos vivos, focada na necessidade de manter a diversidade genética, os habitats e os processos ecológicos e incapaz de tratar das questões controversas relacionadas com a ordem internacional política e econômica, as guerras, os problemas de armamentos, população e urbanização. Uma segunda crítica, feita por Sunkel (1987 *apud* JACOBS, 1987) era que a estratégia era essencialmente voltada para o lado da oferta, assumindo que a estrutura e o nível de demanda eram variáveis autônomas e

independentes, e ignorando o fato de que “se um estilo de desenvolvimento sustentável deve ser perseguido, então ambos os níveis e particularmente a estrutura da demanda devem ser fundamentalmente mudadas”.

Em 1983, a médica Gro Harlem Brundtland, mestre em saúde pública e Ex-Primeira Ministra da Noruega, foi convidada pela Secretaria Geral da Organização das Nações Unidas para estabelecer e presidir a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. O relatório Brundtland, porém, só ficaria pronto em 1987, após dezenas de reuniões da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, liderada por Gro Harlem Brundtland e composta por especialistas de diversas áreas. Considerado altamente inovador para aquela época, o relatório foi o primeiro a trazer para o discurso público o conceito de desenvolvimento sustentável. Em 1986, a Conferência de Ottawa (Carta de Ottawa, 1986), patrocinada pela UICN, PNUMA e pelo World Wide Fund for Nature – WWF estabelece que o “desenvolvimento sustentável busca responder a cinco requisitos: (1) integração da conservação e do desenvolvimento; (2) satisfação das necessidades básicas humanas; (3) alcance de equidade e justiça social e da diversidade cultural; (4) provisão da autodeterminação social e da diversidade cultural e (5) manutenção da integração ecológica.

Ao final, a definição de Desenvolvimento Sustentável adotada pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – WCED passou a ser “Desenvolvimento Sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer as habilidades das futuras gerações de satisfazerem suas necessidades”, de onde foi retirado o requisito estabelecido em 1986 na Conferência de Ottawa, a respeito da necessidade de equidade e justiça social para o desenvolvimento sustentável. Para a Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento, os objetivos que derivam do conceito de desenvolvimento sustentável estão relacionados com o processo de crescimento da cidade e objetiva a conservação do uso racional dos recursos naturais incorporados às atividades produtivas (CMMAD, 1988, 1991). Entre esses objetivos estão: (1) crescimento renovável; (2) mudança de qualidade do crescimento; (3) satisfação das necessidades essenciais por emprego, água, energia, alimento e saneamento básico; (4) garantia de um nível sustentável da população; (5) conservação e proteção da base de recursos; (6) reorientação da tecnologia e do gerenciamento de risco e (7) reorientação das relações econômicas internacionais.

Na Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD) de 1992, também conhecida como Comissão de Brundtland, presidida pela norueguesa Gro Haalen Brundtland, no processo preparatório a Conferência das Nações Unidas – também chamada de “Rio 92” foi desenvolvido um relatório que ficou conhecido como “Nosso Futuro Comum”. Tal relatório contém informações colhidas pela Comissão ao longo de três anos de pesquisa e análise, destacando-se as questões sociais, principalmente no que se refere ao uso da terra, sua ocupação, suprimento de água, abrigo e serviços sociais, educativos e sanitários, além de administração do crescimento urbano. O conceito de desenvolvimento sustentável foi firmado na Agenda 21, documento desenvolvido na Conferência “Rio 92”, e incorporado em outras agendas mundiais de desenvolvimento e de direitos humanos, mas o conceito ainda está em construção segundo a maioria dos autores que escrevem sobre o tema, como por exemplo, Canepa (2007), Veiga (2005) e Ascelard e Leroy (1999).

Apesar de ser um conceito questionável por não definir quais são as necessidades do presente nem quais serão as do futuro, o relatório de Brundtland chamou a atenção do mundo sobre a necessidade de se encontrar novas formas de desenvolvimento econômico, sem a redução dos recursos naturais e sem danos ao meio ambiente. Além disso, definiu três princípios básicos a

serem cumpridos: desenvolvimento econômico, proteção ambiental e equidade social. Mesmo assim, o referido relatório foi amplamente criticado por apresentar como causa da situação de insustentabilidade do planeta, principalmente, o descontrole populacional e a miséria dos países subdesenvolvidos, colocando somente como um fator secundário a poluição ocasionada nos últimos anos pelos países desenvolvidos. Para Canepa (2007), “o desenvolvimento sustentável caracteriza-se, portanto, não como um estado fixo de harmonia, mas sim como um processo de mudanças, no qual se compatibiliza a exploração de recursos, o gerenciamento de investimento tecnológico e as mudanças institucionais com o presente e o futuro”.

Dentre as definições existentes na literatura que exemplificam a diversidade de ideias e refletem a conceituação corrente do termo, foram analisadas algumas diferentes definições. De acordo com Goodland e Ledoc (1987), desenvolvimento sustentável é um padrão de transformações econômicas estruturais e sociais que otimizam os benefícios sociais e econômicos disponíveis no presente, sem destruir o potencial de benefícios similares no futuro. Dessa forma, o primeiro objetivo do desenvolvimento sustentável é alcançar um nível de bem-estar econômico razoável e equitativamente distribuído que pode ser perpetuamente continuado por muitas gerações humanas, o que implica no uso de recursos renováveis naturais de maneira a não degradá-los ou eliminá-los, ou diminuir sua utilidade para as gerações futuras, implica usar os recursos minerais não renováveis de maneira tal que não necessariamente se destruam o acesso a eles pelas gerações futuras.

Pearce (1988) encara o desenvolvimento como um vetor de objetivos sociais desejáveis, que aumenta monotonicamente sobre o tempo, mas que mantém constância do estoque do capital natural e deve contemplar: (1) aumentos na renda real *per capita*; (2) melhora no status nutricional e da saúde; (3) melhora educacional; (4) acesso aos recursos; (5) uma distribuição de renda mais justa e (6) aumentos nas liberdades básicas.

Barbier (1987, 1989) identifica duas interpretações que explicam o desenvolvimento sustentável: (1) uma concepção mais ampla com respeito ao desenvolvimento econômico, social e ecológico, que prevê o desenvolvimento com as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades, e (2) uma concepção mais estreita ao desenvolvimento ambientalmente sustentável, que contempla a maximização dos benefícios líquidos do desenvolvimento econômico, mantendo os serviços e a qualidade dos recursos naturais.

Rattner (1991) aborda a relação do conceito de desenvolvimento sustentável com condições de melhoria de vida para as populações, do ponto de vista social e econômico. Em oposição às estratégias de crescimento insustentável por razões morais e ambientais, o paradigma alternativo terá que satisfazer as necessidades básicas de todos e não só das minorias, em todos os lugares e não somente nos pólos de crescimento, como um processo contínuo contra a expansão e contração das economias de mercado contemporâneas. Estratégias de desenvolvimento sustentável - servindo a todos, todo o tempo, sem destruir ou exaurir os recursos existentes e produzir riscos e consequências ambientais e insuportáveis - terão que ser caracterizadas pela viabilização econômica, equidade social, sustentabilidade, aceitabilidade estética para tratar com estes problemas (ambientais) e ao mesmo tempo fornecer condições para o desenvolvimento sustentável - será necessária mobilização e motivação de toda a sociedade para definir um estilo de vida com padrões de consumo e produção de acordo com as necessidades básicas e estratégicas de prioridade determinada através de processos democráticos pelos atores sociais.

Para Lelé (1991), apesar de nos meados dos anos 70 parecer que as teorias do crescimento econômico e do efeito *trickledown* do desenvolvimento haviam sido rejeitadas, ainda permanece no debate do desenvolvimento sustentável a ideia do crescimento econômico. Dois argumentos estão implícitos nessa adoção do crescimento econômico como objetivo operacional. O primeiro, defensivo, é que não existe contradição fundamental entre crescimento econômico e sustentabilidade, porque o crescimento na atividade econômica pode ocorrer simultaneamente tanto com melhoria ou piora da qualidade ambiental. Assim, governos preocupados com a sustentabilidade de longo prazo não precisam limitar o crescimento do produto econômico tão logo eles estabilizem o consumo dos recursos naturais agregados. Mas alguém poderia torcer o argumento e sugerir que, se o crescimento econômico não está relacionado com a sustentabilidade ambiental, não há razão para ter o crescimento econômico como um objetivo operacional do desenvolvimento sustentável. O segundo argumento em favor do crescimento econômico é mais positivo. A premissa básica do desenvolvimento sustentável é que a pobreza é largamente responsável pela degradação ambiental. Assim, a remoção da pobreza (ou seja, o desenvolvimento), é necessária para a sustentabilidade ecológica. Argumenta-se que isto implica que o crescimento econômico é absolutamente necessário para desenvolvimento sustentável. A única coisa que precisa ser feita é "mudar a qualidade deste crescimento?" para assegurar que ele não leve à destruição ambiental. Colocando tal inferência, há implícita crença de que o crescimento econômico é necessário (se não suficiente) para a remoção da pobreza. Mas não foi o fato de que o crescimento econômico per se não podia assegurar a remoção da pobreza que levou à adoção do approach dos anos 70 das necessidades básicas? Então, se o crescimento econômico não leva nem à sustentabilidade ecológica nem à remoção da pobreza, é claramente um não-objetivo para desenvolvimento sustentável. De qualquer maneira, o crescimento econômico é consequência do desenvolvimento sustentável, não seu motor.

Dentre os conceitos abordados, é possível perceber, nessa variedade de conceituações, que há autores que dizem o que desenvolvimento sustentável deveria ser, ou o que gostariam que ele fosse; outros confundem desenvolvimento sustentável com sustentabilidade ecológica - que tem a ver somente com a capacidade dos recursos se reproduzirem ou não se esgotarem. Alguns reconhecem que deve haver limites para o crescimento econômico porque ele é insustentável do ponto de vista dos recursos; enquanto que outros substituem a ideia tradicional do desenvolvimento pela do desenvolvimento sustentável, onde a incorporação do adjetivo sustentável à ideia tradicional do desenvolvimento reconhece implicitamente que este não foi capaz de aumentar o bem-estar e reduzir a pobreza, dessa forma contrário a sua proposta.

2.3 Consumo e Sustentabilidade

O consumo moderno é resultado de vários séculos de mudanças sociais, econômicas e culturais. Cultura (integração lógica e social de representações coletivas) e consumo assumiram uma relação sem precedentes no mundo moderno. (BORDIEU, MICELI, 1974). Sob este mesmo aspecto, o consumo adquire uma dimensão simbólica e passa a exercer uma função social, tanto de inclusão e dissociação. Os atos de consumo exprimem também uma posição social, por serem característicos de um grupo de determinado status. (BORDIEU & MICELI, 1974). Ao mesmo tempo em que o valor funcional dos produtos diminuiu em sua importância, aumentou o seu espaço de valor enquanto troca simbólica (uma rede de significados conectados com áreas da vida social). (WEBER *et al.*, 2002). O consumo se tornou uma fórmula de bem estar e de prazer, o qual pode gerar uma vida com maior nível de felicidade, o qual pode contribuir para uma vida mais longa. (COSTA, IGNÁCIO, 2011 p.5).

Em contrapartida, o consumismo é considerado um processo eticamente condenável e insustentável, pois faz com que as pessoas comprem mais do que realmente necessitam. Por meio de complexos sistemas de propaganda, que envolvem sutilezas psicológicas e recursos espetaculares, industriais e produtores induzem a população a adquirir sempre os novos modelos de carros, geladeiras, relógios, calculadoras e outras utilidades, lançando fora o que já possuem. (SUTCLIFFE *et al.*, 2008)

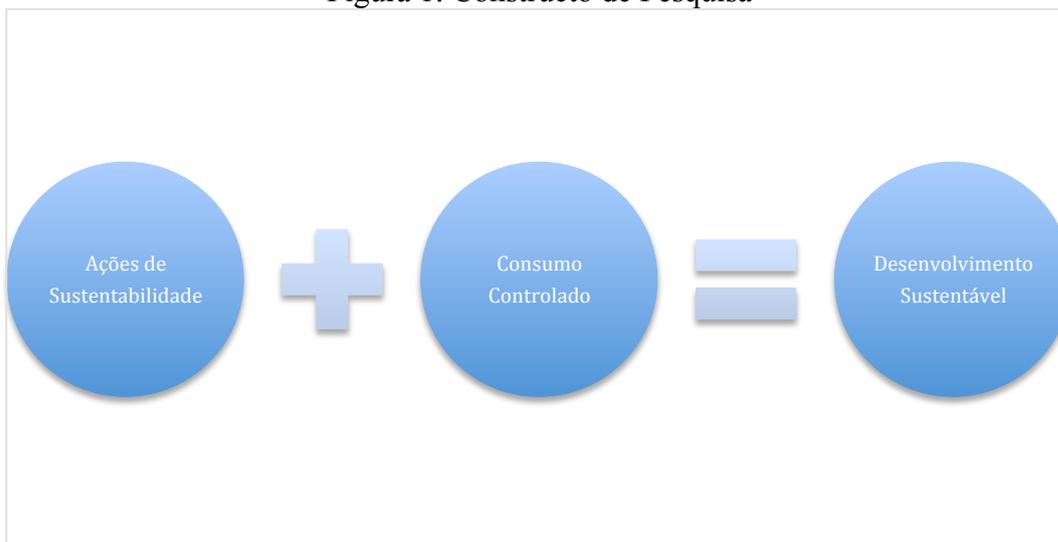
Inserindo a sustentabilidade dentro desse contexto de consumo, quando ela está associada a um sistema humano ou ao desenvolvimento, os seres humanos são os atores principais envolvidos e capazes de produzir mudanças. Contudo, o assunto é menos evidente quando a sustentabilidade é associada a um objeto, como o futuro ou o planeta. A humanidade será atingida pelo futuro, independente do que seja feito, pois possui um controle modesto sobre isso. Porém, a diferença é a forma como será afetada pelo futuro – que está em construção no atual presente. (LACKEY, 1998 p.11; NEWTON; FREYFOGLE, 2005 p.25). O consumo em excesso é uma das preocupações dos estudiosos em sustentabilidade. É possível continuar a realizar o consumo considerando um futuro sustentável para a humanidade?

3. Metodologia

Essa pesquisa foi iniciada pelo uso da metodologia qualitativa, empregando a pesquisa bibliográfica exploratória para o levantamento de conhecimento científico na comunidade acadêmica acerca dos temas de Desenvolvimento Sustentável e Consumo. Para Gil (2008) a pesquisa exploratória considera a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores e tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias. A pesquisa qualitativa bibliográfica, segundo Gil (2008) têm por intuito obter entendimento aprofundado sobre determinada temática a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas através de meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, e etc.

Através da revisão teórica realizada, é possível desenvolver um constructo que destaca a associação entre o desenvolvimento sustentável e o consumo, conforme demonstrado na figura 1. O Desenvolvimento Sustentável é pautado em mudanças nos comportamentos que visem o desenvolvimento econômico, social e ecológico. Organizações e pessoas podem ter atitudes e comportamentos que atestem o desenvolvimento sustentável. No intuito de verificar a aplicabilidade do constructo de pesquisa construído, a pesquisa aplicou o procedimento de estudo de caso, o qual segundo Gil (2010) tem por características o “estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado”.

Figura 1: Constructo de Pesquisa



Fonte: Desenvolvido pelos autores

Como estudo de caso, a pesquisa fez uma análise de uma empresa internacional atuante no varejo na área de vestuário. Ela foi escolhida como objeto de estudo de caso por ser reconhecida como uma destacada empresa com uma proposta diferenciada e sustentável.

4. Estudo de Caso

O estudo de caso realizado foi concernente a empresa Californiana Patagônia, fundada por Yvon Chouinard em 1973, atuante na fabricação e comércio de vestuário para atividades ao ar livre.

4.1 História

Yvon Chouinard era um jovem americano no início dos anos de 1950, apaixonado por causas ambientais, amante da natureza e um entusiasta da prática de esportes radicais. Ele começou a praticar alpinismo em 1954, aos 14 anos de idade. Pouco depois, sua paixão o levou a abandonar os estudos para dedicar-se a proteger falcões, escalar montanhas, andar de caiaque e surfar em praias exóticas ao redor do mundo. Aos poucos, em suas escaladas, ele percebeu que sua ferramenta pregada na montanha para dar suporte à escalada (pitões), além de causar ferimentos, precisavam ser deixados na rocha, o que resultava em uma agressão à natureza. Foi então que, em 1957, após pesquisar sobre o assunto, ele resolveu produzir um pitão de aço temperado com cromo e molibdênio na garagem da casa de seus pais na cidade californiana de Burbank, que seria o ponto de partida para que desenvolvesse uma série de equipamentos “amigos do meio ambiente”. Seus pitões fizeram tanto sucesso que ele começou a vender para outros alpinistas e aventureiros através de sua nova empresa, a Chouinard Equipment. No início dos anos de 1970, a empresa já era a maior produtora de equipamentos para alpinismo do mercado americano. Mas a empresa era diferenciada e tinha uma enorme preocupação: a sustentabilidade. Um exemplo disso aconteceu quando ao perceber que seus equipamentos de escaladas continuavam destruindo as rochas das montanhas, decidiu cancelar a venda do produto, mesmo sabendo que essa linha representava 70% de suas vendas. Felizmente eles tinham uma alternativa: o pitão de alumínio, reutilizável, uma grande novidade para a época. Mas as margens de lucros eram ordinárias para sustentar a empresa e, foi então, que eles começaram a vender roupas para os alpinistas, importadas do Reino e passaram a ser a empresa PATAGONIA. Em 1977, a PATAGONIA se tornou um sucesso ao lançar o primeiro revestimento sintético para jaquetas à base de poliéster, introduzindo assim o conceito de

camadas. Ao contrário dos revestimentos naturais, o novo produto repelia a umidade e retinha o calor do corpo, mantendo os alpinistas quentes. Ela também desenvolveu a Synchron®[®], um tecido que não embolorava. Já em 1984, a empresa descobriu um poliéster que não derreteria em secadoras e poderia ser facilmente lavado. A PATAGONIA usou o novo Capilene® primeiro nas roupas íntimas, e depois em outros produtos da marca. Tudo isso baseado em seu lema “*Build the best product, cause no unnecessary harm, use business to inspire and implement solutions to the enviromental crisis*” (em português “Fazer os melhores produtos, causando o mínimo de impacto, usando os negócios para inspirar e implementar soluções à crise ambiental”).

Na década de 1980, lançou no mercado roupas de inverno em cores vivas, que criaram tendências, resultaram de sua adoção por fashionistas. A marca descobriu que sua roupa do dia-a-dia vendia melhor que seus equipamentos técnicos. E as vendas começaram a explodir. Em 1996, mais uma atitude surpreendente: a PATAGONIA decidiu arriscar 25% de suas vendas anuais, ao trocar toda sua linha de vestuário de algodão normal para algodão orgânico, ao perceber que o uso de pesticidas nas plantações poluía rios e causava doenças aos trabalhadores nas linhas de produção. Um detalhe, o algodão orgânico era três vezes mais caro que o original. A primeira experiência com algodão orgânico havia sido feita com a linha de camisetas dois anos antes.

Alguns anos depois, a PATAGONIA desenvolveria uma nova tecnologia que permitiu a fabricação do revestimento das jaquetas a partir de garrafas descartáveis. Chouinard passou então a reestruturar o negócio, priorizando o uso de materiais naturais e recicláveis em todas as peças. Nos últimos anos, além de expandir sua linha de produtos para a prática de surfe, esqui, pesca e outros esporte ao ar livre, a empresa iniciou a abertura de lojas próprias. A PATAGONIA também desenvolveu um novo traje de surfe quente, flexível e ambientalmente correto, feito de fibras naturais que se tornou uma opção sustentável em relação ao popular neoprene. Atualmente a empresa é reconhecida por suas ideias inovadoras e sustentáveis.

5. Discussão de resultados

De acordo com o constructo desenvolvido para essa pesquisa, a empresa Patagonia se enquadra com práticas de desenvolvimento sustentável. Não somente no passado, atualmente a empresa e seu fundador acreditam, que vendendo produtos de alta durabilidade seus clientes não precisarão comprar roupas por um bom tempo. Essa prática se enquadra como ações de sustentabilidade. Para estudiosos da área de finanças, a estratégia pode até parecer loucura, mas os resultados financeiros indicam algo diferente disso. O faturamento da empresa supera o meio bilhão de dólares. A empresa se encara como uma “empresa de visão”, que antecipou um estilo de vida mais natural, em defesa do planeta, quando ninguém pensava em aquecimento global ou reciclagem de materiais.

Como segundo quesito do constructo (consumo controlado), em 2011, durante a popular Black Friday, a empresa publicou um anúncio de página inteira no tradicional jornal The New York Times com a instigante frase: “Não compre esta jaqueta”. Detalhe: a jaqueta era da própria marca. No mesmo anúncio, enfatiza: “*REDUZA. Nós fazemos produtos que duram muito tempo, assim, não compre aquilo que não precisa. RECUPERE. Nós o ajudamos a recuperar seu produto PATAGONIA, se prometer que irá consertá-lo quando estiver danificado. REUSE. Nós o ajudamos a encontrar um novo lar para o seu produto que não mais precise caso tenha interesse em vendê-lo ou passá-lo adiante. RECICLE. Nós buscaremos seu produto que está inutilizado se prometer que irá deixá-lo longe de um aterro sanitário ou incinerador*”. Com essa atitude, a empresa gostaria de levar os consumidores a

refletirem se realmente precisavam comprar mais roupas, sapatos e produtos, só porque o preço era uma pechincha. A iniciativa foi uma extensão do programa Common Threads Initiative, lançado pela empresa em 2005 e apoiado nas premissas de reduzir, reparar, reutilizar, reciclar e re-imaginar. A marca solicita aos clientes que encaminhem roupas danificadas para reparos, façam doações de peças que possam ser comercializadas por preços mais baixos e não comprem novos produtos que não tenham uma real utilidade. A empresa montou uma estrutura para receber de volta roupas velhas e gastas da marca, que são então enviadas para recicladores, em muitos casos, em outros países. Aproximadamente 47 toneladas de roupas foram devolvidas à empresa desde então – e a sua reciclagem deu origem a mais de 35 toneladas de vestimentas novas.

Mais recentemente a empresa lançou uma campanha cujo conceito central era a proposta “*Celebrate the stuff you already own*”, algo como “Celebre as coisas que você já tem”. A campanha, que foi criada como antídoto para conceitos de promoção comercial, consiste em histórias de pessoas contadas a partir de peças de roupa da marca que as acompanham à muito tempo, ilustradas com fotos que traduzem o mesmo conceito como, por exemplo, uma jaqueta infantil que tem em sua etiqueta os sete nomes das crianças a quem ela já pertenceu. Desse modo, essas histórias transmitem, com base em fatos reais, toda a confiabilidade da marca. E roupas para esportes ao ar livre precisam ser extremamente confiáveis. Afinal, ninguém quer descobrir que sua calça impermeável não é tão impermeável assim no meio de uma tempestade com ventos de dezenas de quilômetros por hora em uma trilha no fim do mundo.

Através dessas ações, é possível dizer que a empresa tem demonstrado suas boas intenções sustentáveis há anos, com uma interessante lista de iniciativas. Por exemplo, desde 1985, a PATAGONIA destina 1% de sua receita ou 10% do lucro, o que for maior, para grupos de proteção do meio ambiente. Desde então, a empresa já doou mais de US\$ 55 milhões a 1.200 organizações. Ela pode ser mencionada como uma das primeiras empresas americanas a oferecer aos funcionários licença-maternidade e paternidade. Seus funcionários podem ir trabalhar de bermuda e chinelo e têm horários flexíveis. A sede da empresa, em Ventura, na costa da Califórnia, também coloca em ação o que prega. Usam energia solar, só tem comida orgânica no refeitório (onde nenhum item é descartável) e oferece incentivo para o uso de bicicleta. Na recepção há um grande quadro com boletins atualizados sobre as condições do tempo para o surfe, esporte preferido de boa parte dos empregados.

6. Considerações Finais

Por meio da pesquisa realizada é possível perceber, que a corrente principal do pensamento sobre o desenvolvimento sustentável sofre de três fraquezas significativas: incertezas quanto a caracterização dos problemas da pobreza e da degradação ambiental; ausência de conceituações dos objetivos do desenvolvimento sustentável; dificuldade em mensurar se um projeto de desenvolvimento promove ou não uma forma particular de sustentabilidade, ou que tipo de participação levará a que tipo de resultado social (e conseqüentemente ambiental).

De acordo com o constructo desenvolvido na pesquisa, foi possível verificar no estudo de caso realizado que práticas de sustentabilidade aliadas ao consumo controlado podem dar origem a uma forma de desenvolvimento sustentável. Dessa forma, é possível identificar que embora o conceito de desenvolvimento sustentável ainda não seja uma unanimidade entre teóricos e organizações, algumas organizações procuram praticar no dia a dia ações que promovam uma mudança social advinda tanto dos que praticam essas ações, como também pelos que usufruem algo delas. Com base nisso, novos estudos podem ser direcionados a fim de compreender, através de um acompanhamento longitudinal, os resultados sociais ou

impactos advindos de ações de sustentabilidade, incentivo ao consumo controlado e o desenvolvimento sustentável.

Referências

- ACSELRAD, Henri, LEROY, Jean P. Novas premissas da sustentabilidade democrática. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, 1, 1999.
- ANDRADE, A.; ROSSETI, J. P.. Governança corporativa – fundamentos, desenvolvimento e tendências. São Paulo: Atlas, 2004.
- BARBIER, Edward. “The concept of sustainable economic development”. Environmental Conservation, 14 (2): 101-10, 1987.
- BARBIER, Edward. Economics, Natural Resources, Scarcity and Development. Londres, Earthscan, 1989.
- BORDIEU, P., & MICELI, S. A economia das trocas simbólicas: Perspectiva São Paulo, 1974.
- CARTA DE OTTAWA. Primeira Conferência Internacional sobre a Promoção da Saúde, Ottawa, 1986. Disponível em <www.opas.org.br>. Consultado em fevereiro de 2019.
- CANEPA, Carla. Cidades Sustentáveis: o município como locus da sustentabilidade. São Paulo: Editora RCS, 2007.
- COIMBRA, Fabio Claro. Estrutura de governança corporativa e gestão de riscos: um estudo de casos no setor financeiro / Fabio Claro Coimbra. -- São Paulo, 2011.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (WCED). Nosso Futuro Comum. Rio de Janeiro, FGV, 1987.
- COSTA, L. A. V., IGNÁCIO, R. P. Relações de Consumo x Meio Ambiente: Em busca do Desenvolvimento Sustentável. Âmbito Jurídico, XIV, 2011.
- GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GIL, A.C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. São Paulo, Atlas, 2008
- GOODLAND, Robert; LEDOC, G. "Neoclassical Economics and Principles of Sustainable Development". Ecological Modelling, 38, 1987.
- KHOSLA, A. "Alternatives Strategies in Achieving Sustainable Development". In: JACOBS, P. & MUNROE, D.A (orgs.) Conservation with equith: strategies for sustainable development. Cambridge, International Union for Conservation of Nature Resources, 1987.
- LACKEY, R. T. Seven pillars of ecosystem management. Landscape and urban planning, 40(1), 21-30, 1998.
- LEITE, Roberto Cintra. Governança 2.0: Como tornar uma organização eficiente. Editora Trevisan: São Paulo, 2017.
- LELÉ, S.M. "Sustainable Development a critical review". World Development, 19(6):607-21, Greed Britain, Pergamon Press, jun.1991.
- MACINTOSH, Malcolm; LEIPZIGER, Deborah; JONES, Keith L.; COLEMAN, Gill. Cidadania Corporativa: Estratégias bem-sucedidas para empresas responsáveis. Editora Qualitymark. Rio de Janeiro. 2001.
- MEADOWS, Dennis L., MEADOWS, Donella H., RANDERS, Jörgen & BEHRENS, William W. Limites do crescimento um relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade. São Paulo, Perspectiva, 1972.
- NEWTON, J. L., FREYFOGLE, E. T. Sustainability: a Dissent. Conservation Biology, 19(1), 23-32, 2005.
- RATTNER, Henrique. Sustainable Development. Trends and Perspectives, FEA/USP, set.1991.
- SUNKEL, O. "Beyond the World Conservation Strategy: integrating development and the Environment in Latin-America and the Caribbean". In: JACOBS, P. & MUNROE, D.A. (Org.)Op. cit.

SUTCLIFFE, M., HOOPER, P., HOWELL, R. Can eco-footprinting analysis be used successfully to encourage more sustainable behaviour at the household level? *Sustainable Development*, 16(1), 1-16. doi:10.1002/sd.327, 2008.

VEIGA, José Eli da. *Cidades Imaginárias – o Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

WEBER, M. H., BENTZ, I. M. G., HOHLFELDT, A. C. *Tensões e objetos: da pesquisa em comunicação*: Sulina, 2002.